

Nota Técnica Conjunta nº 02/2013/SAG/ASPLA

Documento nº 020823/2013-84

Em 12 de julho de 2013

Ao Senhor Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos

**Assunto:** Atendimento à demanda do Secretário Executivo do CNRH (Ofício nº 168/2012/CNRH/SRHU/MMA, de 24 de setembro de 2012) referente a subsídios para análise da viabilidade de criação de mecanismos para repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos do setor elétrico às agências de água ou entidades delegatárias.

## 1. Introdução

1. Em 24 de setembro de 2012, por meio do Ofício nº 168/2012/CNRH/SRHU/MMA<sup>1</sup>, o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH comunicou que *“a Confederação Nacional das Indústrias - CNI, por ocasião da XXVI Reunião Ordinária e da XXXIII Reunião Extraordinária do CNRH, propôs para discussão no âmbito deste conselho a criação de mecanismos para o repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água no setor elétrico às Agências de Bacia ou entidades delegatárias”*.

2. Em adição, informou que a matéria está em análise na Câmara Técnica de Cobrança - CTCOB que, em sua 75ª reunião, realizada nos dias 20 e 21 de setembro de 2012, solicitou à ANA a *“elaboração de uma nota técnica apresentando subsídios para análise da viabilidade da proposta apresentada, incluindo elementos para avaliação dos seus impactos sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”*. Por fim, recomendou que a nota técnica incluísse em seu conteúdo: *“a) arrecadação atual por bacia hidrográfica geradora; b) estimativa da arrecadação considerando as mudanças em curso no setor elétrico; c) apresentação de distintos cenários considerando a distribuição proporcional dos recursos apenas às bacias hidrográficas geradoras com entidades delegatárias e a distribuição correspondente à totalidade dos recursos equitativamente pelas entidades delegatárias existentes; d) outras julgadas relevantes”*.

3. Esta Nota Técnica tem como objetivo atender as demandas do CNRH.

---

<sup>1</sup> Anexo I.



## **2. Do Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos das UHEs**

### **2.1. Mecanismo de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos das UHEs e Destinação dos Recursos Arrecadados**

4. De acordo com art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000:

*Art. 17. A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, será de seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento sobre o valor da energia elétrica produzida, a ser paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.*

*§ 1º Da compensação financeira de que trata o caput:*

*I - seis por cento do valor da energia produzida serão distribuídos entre os Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União, nos termos do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a redação dada por esta Lei;*

*II - setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida serão destinados ao Ministério do Meio Ambiente, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do disposto nesta Lei.*

*§ 2º A parcela a que se refere o inciso II do § 1º constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e será aplicada nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997.*

5. Ou seja, o comando do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, define o pagamento pelo uso de recursos hídricos das UHEs em 0,75% do valor da energia produzida e destina a arrecadação ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

6. O art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, estabelece que:

*Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:*

*I - no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;*

*II - no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.*

*§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.*



*§ 2º Os valores previstos no caput deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.*

*§ 3º (VETADO)*

7. Observa-se que o pagamento de despesas de implementação e custeio administrativo de todos os órgãos e integrantes do SINGREH está limitado a 7,5% dos valores arrecadados com a cobrança.

8. Já a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, estabelece que a Agência Nacional de Águas (ANA) é a entidade vinculada ao MMA com a finalidade de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos.

9. Em 22 de dezembro de 2010, o Decreto nº 7.402 dispôs sobre a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, esclarecendo que:

*Art. 1º A parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, constitui cobrança pelo uso de recursos hídricos, prevista no inciso IV do art. 5º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e será destinada ao Ministério do Meio Ambiente para as despesas que constituem obrigações legais referentes à Política Nacional de Recursos Hídricos e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.*

*Parágrafo único. Compete à Agência Nacional de Águas - ANA, criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.*

10. Por sua vez, o art. 1º do Decreto nº 3.739, de 31 de janeiro de 2001, define que:

*Art. 1º O valor total da energia produzida, para fins da compensação financeira de que trata o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, será obtido pelo produto da energia de origem hidráulica efetivamente verificada, medida em megawatt-hora, multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referência - TAR, fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.*

*§ 1º A ANEEL fixará a TAR com base nos preços de venda de energia destinada ao suprimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, excluindo-se os encargos setoriais vinculados à atividade de geração, os tributos e empréstimos compulsórios, bem como os custos incorridos na transmissão de energia elétrica.*

*§ 2º A TAR será calculada pelo quociente entre o total despendido pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, relativo à parcela de energia adquirida nos últimos doze meses, e a correspondente quantidade de energia.*

11. Ou seja, a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), é dada por:

$$\text{CFURH} = 6,75\% \times \text{TAR} \times \text{GERAÇÃO}$$

**Tabela 1 – Histórico da TAR, Energia Gerada e Arrecadação da CFURH**

Ano	TAR, (R\$/MWh)	Geração, (MWh)	Arrecadação CFURH, (R\$)
2001	29,40	228.821.919	427.805.543
2002	32,58	230.597.722	502.198.470
2003	39,43	253.901.828	659.309.152
2004	44,20	265.307.021	779.592.449
2005	52,67	290.023.422	1.003.695.732
2006	55,94	294.484.157	1.100.750.805
2007	57,63	321.937.463	1.244.291.124
2008	60,04	311.445.824	1.252.892.525
2009	62,33	320.215.180	1.338.535.546
2010	64,69	349.084.681	1.514.939.818
2011	68,34	357.479.729	1.635.799.895
2012	72,87	354.726.894	1.726.972.927
2013	75,45		

Fonte: Relatórios Compensação Financeira da ANEEL (em: [www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/)).

## 2.2. Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos das UHEs

12. Segundo dados da ANEEL reproduzidos no Anexo II, no ano 2012 foram arrecadados R\$ 1,73 bilhão a título de CFURH pelas 176 UHEs em operação no País naquele ano. Conforme previsão legal do § 2º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, R\$ 191,89 milhões constituíram pagamento das UHEs relativo a cobrança pelo uso de recursos hídricos<sup>2</sup>.

13. A tabela a seguir registra o histórico do pagamento pelo uso de recursos hídricos das UHEs.

**Tabela 2 – Histórico do Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos das UHEs**

Ano	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos (R\$)	Ano	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos (R\$)
2001	47.533.949	2007	138.254.569
2002	55.799.830	2008	139.210.281
2003	73.256.572	2009	148.726.172
2004	86.621.383	2010	168.326.646
2005	111.521.748	2011	181.755.544
2006	122.305.645	2012	191.885.881

Fonte: Relatórios Compensação Financeira da ANEEL (em: [www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/)).

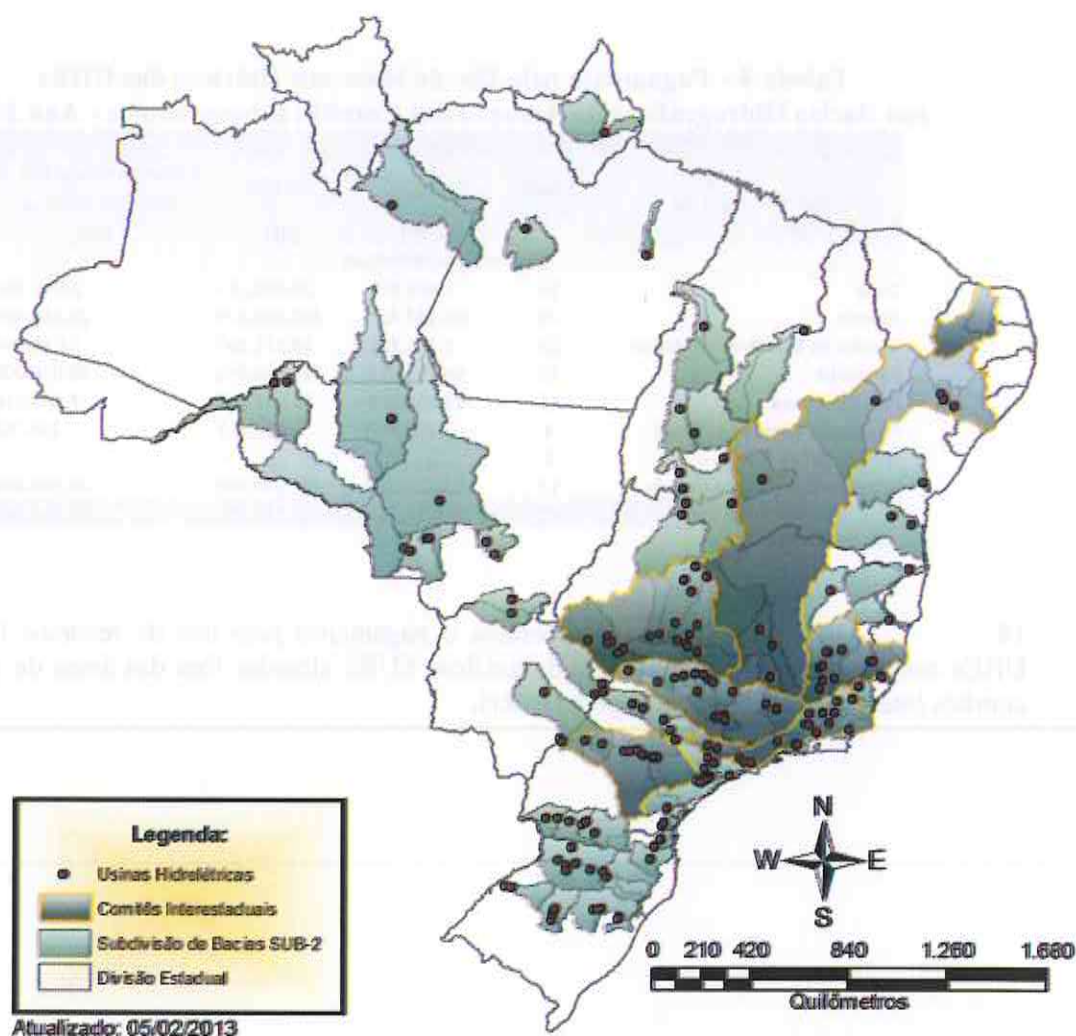
14. Lembra-se que, até a edição do Decreto nº 7.402, de 2010, parte do pagamento pelo uso de recursos hídricos das UHEs não foi destinada pelo Ministério do Meio Ambiente para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH, sendo alocada em reserva de contingência.

<sup>2</sup> Anexo III.



### 2.3. Localização das UHEs em Operação no País - Ano 2012

15. A figura a seguir mostra a localização das usinas hidrelétricas (UHEs) em operação no País no ano 2012.



**Figura 1 - Localização das UHEs em Operação no País - Ano 2012<sup>3</sup>**

16. A tabela a seguir apresenta o pagamento pelo uso de recursos hídricos das 176 UHEs em operação no País no ano 2012.

**Tabela 3 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos das UHEs em Operação no País - Ano 2012**

Usinas Hidrelétricas - Ano 2012				
Bacia Hidrográfica	Quantidade	Geração (MWh)	CFURH (R\$)	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos <sup>1</sup> (R\$)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>176</b>	<b>354.726.894</b>	<b>1.726.972.927</b>	<b>191.885.881</b>

1-((0,75%/6,75%) x CFURH)

<sup>3</sup> As áreas em branco correspondem às unidades hidrográficas que não possuem UHEs instaladas. SUB2: subdivisão hidrográfica adotada pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Além da Divisão Hidrográfica Nacional (DHN), aprovada pela Resolução CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003, o Plano Nacional de Recursos Hídricos trabalha com a SUB1, que é uma subdivisão da DHN em 56 unidades hidrográficas, e também com a SUB2, que é uma subdivisão da DHN em 273 unidades hidrográficas.

### 2.3.1 Pagamento por Bacia Hidrográfica, Ano 2012

17. A tabela a seguir apresenta o pagamento pelo uso de recursos hídricos das UHEs nas bacias hidrográficas de atuação dos comitês interestaduais instituídos pelo CNRH.

**Tabela 4 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos das UHEs nas Bacias Hidrográficas de Atuação dos Comitês Interestaduais - Ano 2012**

Usinas Hidrelétricas - Ano 2012				
Bacia Hidrográfica	Quantidade	Geração (MWh)	CFURH (R\$)	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos <sup>1</sup> (R\$)
Comitês Interestaduais				
Doce	10	5.464.460	26.480.253	2.942.250
Grande	18	43.187.422	210.469.429	23.385.492
Paraíba do Sul / Pomba-Murilá	12	3.765.731	18.331.292	2.036.810
Paranaíba	19	46.293.913	225.864.048	25.096.005
Paranapanema	11	13.696.608	66.653.244	7.405.916
Piracicaba, Capivari e Jundiaí	4	291.440	1.428.813	158.757
Planalto, Piranhas-Açu	0	-	-	-
São Francisco / Verde Grande	11	53.315.519	259.549.490	28.838.832
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>166.015.094</b>	<b>808.776.568</b>	<b>89.864.063</b>

<sup>1</sup> -  $((0,75\%/6,75\%) \times \text{CFURH})$

18. Já a tabela a seguir apresenta o pagamento pelo uso de recursos hídricos das UHEs considerando as subdivisões hidrográficas SUB2 situadas fora das áreas de atuação dos comitês interestaduais instituídos pelo CNRH.

**Tabela 5 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos das UHEs  
nas SUB2 Situadas Fora das Áreas de Atuação dos Comitês Interestaduais - Ano 2012<sup>4</sup>**

Usinas Hidrelétricas - Ano 2012				
Bacia Hidrográfica	Quantidade	Geração (MWh)	CFURH (R\$)	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos <sup>1</sup> (R\$)
<b>SUB - 2</b>				
AMAZONAS 03	1	1.149.608	5.593.570	621.508
ARAGUARI AP	1	411.118	2.006.221	222.913
ARIPUANÃ	1	1.132.784	5.587.331	620.815
CANOAS	1	2.603.096	12.679.631	1.408.848
CONTAS 01	2	46.802	226.050	25.117
CUIABÁ 01	2	675.850	3.293.662	365.962
CURUÁ-UNA	1	238.224	1.158.195	128.688
IGUAÇU 02	3	6.952.398	33.751.504	3.750.167
IGUAÇU 03	3	20.348.818	98.819.445	10.979.938
IGUAÇU 04	1	6.325.036	30.712.760	3.412.529
IJUÍ	2	184.255	897.687	99.743
ITABAPOANA	1	230.346	1.121.450	124.606
ITAJÁ	2	1.007.991	4.914.697	546.077
ITAPEMIRIM	1	128.415	623.353	69.261
ITUIQUIRA	2	2.260.809	11.009.023	1.223.225
JACUÍ ALTO	4	2.268.942	10.993.092	1.221.455
JAMARI	1	777.042	3.797.249	421.917
JAURU	1	580.599	2.648.752	294.306
JEQUITINHONHA 01	1	1.633.904	7.981.289	886.810
JEQUITINHONHA 03	1	1.209.279	5.828.728	647.636
JUREMA	1	131.605	667.938	74.215
LITORAL NORTE SC 01	1	73.640	357.921	39.769
LITORAL NORTE SP 01	1	1.134.458	5.530.717	614.524
LITORAL PR 01	2	238.133	1.158.356	128.706
LITORAL RJ 04	3	3.318.686	16.144.058	1.793.784
MADEIRA 01	1	385.863	1.893.722	210.414
MADEIRA 03	1	594.806	2.925.686	325.076
MUCURI	1	131.993	632.098	70.233
PARAGUAÇU	1	93.228	446.928	49.659
PARDO PR	2	11.078.725	53.927.967	5.991.996
PARNAÍBA 02	1	1.214.997	5.909.269	656.585
PELOTAS	1	2.335.684	11.300.644	1.255.627
RIBEIRA DO IGUAPE	8	2.641.388	12.844.881	1.427.209
SANTA MARIA - ES	2	167.067	811.782	90.198
SEPOTUBA	2	482.081	2.348.390	260.932
SINOS	2	236.500	1.152.070	128.008
SUCURIU	2	27.639.235	134.555.561	14.950.618
TAQUARÍ	3	873.347	4.279.481	475.498
TIETÊ 02	1	150.658	736.592	81.844
TIETÊ 03	2	787.355	3.830.355	425.595
TIETÊ 04	2	1.509.334	7.329.775	814.419
TIETÊ 05	1	1.357.800	6.593.516	732.613
TIETÊ 06	2	5.469.589	26.587.020	2.954.113
TOCANTINS 01	1	6.888.936	33.536.757	3.726.306
TOCANTINS 03	5	7.534.119	36.623.372	4.069.264
TOCANTINS 05	1	5.283.805	25.709.927	2.856.659
TOCANTINS 06	1	30.833	150.446	16.716
TOCANTINS 07	1	3.788.156	18.445.547	2.049.505
TOCANTINS 09	1	40.369.283	197.011.512	21.890.168
URUGUAI NAC	6	12.605.181	61.110.381	6.790.042
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>188.711.800</b>	<b>918.196.359</b>	<b>102.021.818</b>
1-((0,75%/6,75%) x CFURH)				

<sup>4</sup> A tabela contém somente as SUB2 que possuem geração de energia hidrelétrica.



### 2.3.2 Cenários Solicitados

19. Apenas como um exercício em atendimento à solicitação do Secretário Executivo do CNRH, foi elaborada a tabela a seguir, considerando os seguintes cenários: i) Cenário 1: “repasso dos recursos (7,5% do pagamento das UHEs) às respectivas bacias hidrográficas geradoras”; ii) Cenário 2: “distribuição dos recursos (7,5% do pagamento das UHEs) equitativamente às bacias hidrográficas com comitês interestaduais instituídos”.

**Tabela 6 – Exercício de Alocação de 7,5% do Pagamento das UHEs - Ano 2012**

Bacia Hidrográfica	7,5% do Pagamento das UHEs <sup>1</sup>	
	Cenário 1 (R\$)	Cenário 2 (R\$)
Doce	220.669	842.476
Grande	1.753.912	842.476
Paraíba do Sul / Pomba-Muriae	152.761	842.476
Paranaíba	1.882.200	842.476
Paranapanema	555.444	842.476
Piracicaba, Capivari e Jundiaí	11.907	842.476
Planalto, Piranhas-Açu	-	842.476
São Francisco / Verde Grande	2.162.912	842.476
<b>Total</b>	<b>6.739.805</b>	<b>6.739.805</b>

1-Somente valores arrecadados nas áreas dos Comitês Interestaduais.

### 3. Das Mudanças do Setor Elétrico

20. Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579 que “dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências”. Esta Medida Provisória foi convertida, com alterações, na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que “dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências”.

21. No intuito de verificar os efeitos desta nova peça jurídica, em 7 de dezembro de 2012, esta Superintendência de Apoio a Gestão da ANA encaminhou o Ofício nº 0159/2012/SAG-ANA (Anexo IV) à Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da ANEEL<sup>5</sup>, indagando se a Medida Provisória nº 579, de 2012, provocaria mudança nos cálculos da TAR e, conseqüentemente, nos valores arrecadados com a CFURH.

22. Em resposta, a ANEEL encaminhou o Ofício nº 409/2013-SCG/ANEEL, de 6 de fevereiro de 2013, informando que “possíveis impactos da MP nº 579/2012 ... somente serão percebidos em 2017”, uma vez que a próxima revisão da TAR está prevista para 2016, quando será definido o valor da TAR para vigorar a partir de 2017. Assim, até 2016, a TAR, que foi revisada em 2012, definindo-se o valor de R\$ 75,45 para vigorar em 2013, será reajustada, ano a ano, pelo IPCA. Acrescenta o Ofício que “a ANEEL está estudando os possíveis impactos da prorrogação de algumas das concessões e dos novos valores de venda de energia elétrica” e, tão logo, informará aos beneficiários da compensação financeira.

<sup>5</sup> Conforme inciso XL do art. 4º do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, a ANEEL detém competência para definir e arrecadar os valores relativos à compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, nos termos da legislação vigente, fiscalizando seu recolhimento.



## 4. Outras Informações

### 4.1. Solicitação do CBHSF

23. Lembra-se que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), por meio da Deliberação CBHSF nº 41, de 31 de outubro de 2008, já havia solicitado ao CNRH que determinasse “a destinação da aplicação de 7,5% do valor total dos recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso da água paga pelo setor elétrico na Bacia do São Francisco, na agência de bacia ou entidade delegatária indicada pelo CBHSF, para despesas de implantação e custeio a partir de 2010”<sup>6</sup>.

24. Resgatando a tramitação deste pleito no CNRH, tem-se que ele foi objeto de análise na 60ª Reunião da CTCOB, realizada em 12 de março de 2009, e na 61ª Reunião da CTCOB, realizada em 15 de maio de 2009, quando foi distribuído, como material da reunião, o Parecer PGE/MALV nº 120/2009, de 8 de maio de 2009<sup>7</sup>.

### 4.2. Aporte de Recursos Orçamentários Adicionais para Entidades Delegatárias

25. Com base no art. 4º da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, que preconiza que “às entidades delegatárias poderão ser destinados recursos orçamentários e o uso de bens públicos necessários ao cumprimento dos contratos de gestão”, assim como no Subprograma II.1 - Organização e Apoio ao SINGREH do Programa II - Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil do Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado pela Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006<sup>8</sup>, a ANA destinou, por meio dos Contratos de Gestão, recursos adicionais para o funcionamento das seguintes entidades delegatárias:

- Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (AGB Peixe Vivo): Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010: R\$ 3,6 milhões a serem destinados às despesas de custeio administrativo, distribuídos em quatro anos;
- Instituto BioAtlântica (IBio AGB-Doce): Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011: R\$ 2,45 milhões a serem aplicados em despesas de custeio administrativo e estruturação física para o seu funcionamento, distribuídos em quatro anos;
- Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (ABHA): Contrato de Gestão nº 006/ANA/2012: R\$ 1,135 milhão para cumprimento do Programa de Trabalho anexo ao Contrato de Gestão, distribuídos em dois anos.

---

<sup>6</sup> Anexo VI.

<sup>7</sup> Anexo VII.

<sup>8</sup> O detalhamento operativo de programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado pela Resolução CNRH nº 80, de 10 de dezembro de 2007, aponta que o Subprograma II.1 tem como objetivo geral “empreender a consolidação das bases institucionais e legais do SINGREH, conferindo consistência, sustentação e autonomia ao seu funcionamento e avançando na instalação e/ou no aprimoramento de suas instâncias”. Dentre os objetivos específicos do Subprograma II.1 figura “implementar ações para a sustentação e o aperfeiçoamento da gestão do SINGREH e de suas instâncias”, e as seguintes atividades são listadas para se alcançar este objetivo: i) apoio à criação, à capacitação e ao funcionamento dos comitês de bacia; e ii) fortalecimento institucional e estrutural das agências de água. O Subprograma II.1 tem a ANA como executora operacional e também como fonte de recursos.



**Tabela 7 – Recursos Adicionais para Funcionamento das Entidades Delegatárias, destinados pela ANA**

Entidade Delegatária	2010	2011	2012	2013	2014
AGB Peixe Vivo	600.000	1.200.000	1.200.000	600.000	
IBio AGB-Doce		400.000	900.000	700.000	450.000
ABHA			660.000	475.000	
<b>Total</b>	<b>600.000</b>	<b>1.600.000</b>	<b>2.760.000</b>	<b>1.775.000</b>	<b>450.000</b>

26. Lembra-se que os recursos destinados a este fim tem origem no pagamento pelo uso de recursos hídricos das UHEs.

#### 4.3. Despesas de Implantação e Custeio Administrativo na Lei nº 9.433, de 1997

27. É importante chamar atenção que o inciso II, juntamente com o § 1º do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, preconizam que até 7,5% do total arrecadado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos será utilizado no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH.

28. Observa-se que a destinação de 7,5% do total arrecadado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos não se limita às despesas de implantação e custeio administrativo das agências de água ou entidades delegatárias, podendo ser destinados também às despesas de implantação e custeio administrativo do CNRH, da ANA, dos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, dos Comitês de Bacia Hidrográfica e dos órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos, todos integrantes do SINGREH conforme art. 33 da Lei nº 9.433, de 1997.

29. Observa-se também que o § 1º do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, não faz distinção entre os valores arrecadados, podendo ser destinado ao pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo de todos os órgãos e entidades integrantes do SINGREH tanto os 7,5% dos valores provenientes do pagamento pelo uso de recursos hídricos das UHEs definido em Lei quanto os 7,5% dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos aprovada pelo CNRH, a chamada cobrança condominial proposta pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

#### 4.4. Do Orçamento da ANA

30. A ANA tem como missão “*implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso à água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações*”. Dentre os desafios associados à sua missão, tem-se a implementação do SINGREH, a regulação e fiscalização dos usos de recursos hídricos, o monitoramento hidrológico, a prevenção de eventos críticos e o apoio a projetos de promoção da conservação, recuperação e uso racional da água.

31. Para aplicação do seu orçamento, a ANA, além do Plano Nacional de Recursos Hídricos, se apoia nas Resoluções do CNRH que estabelecem as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos:

<sup>9</sup> A Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, assegura “às entidades delegatárias as transferências da ANA provenientes das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União, de que tratam os incisos I, III e V do caput do art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, arrecadadas na respectiva ou respectivas bacias hidrográficas”. Com isto, a respectiva entidade delegatária tem utilizado todo o 7,5% dos valores repassados para suas despesas de implantação e para seu custeio administrativo.



- *Resolução nº 35, de 01 de dezembro de 2003. Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2004;*
- *Resolução nº 41, de 02 de julho de 2004. Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2005;*
- *Resolução nº 49, de 21 de março de 2005. Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2006;*
- *Resolução nº 71, de 14 de junho de 2007. Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008 e no PPA 2008/2011;*
- *Resolução nº 90, de 04 de junho de 2008. Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2009;*
- *Resolução nº 102, de 25 de maio de 2009. Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2010/2011;*
- *Resolução nº 122, de 29 de junho de 2011. Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o exercício orçamentário de 2012/2013;*
- *Resolução nº 135, de 14 de dezembro de 2011. Aprova o documento "Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015", como resultado da primeira revisão do PNRH;*
- *Resolução nº 147, de 13 de dezembro de 2012. Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período 2012-2015.*

32. Em decorrência dos novos dispositivos do Decreto nº 7.402, de 2010, e do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, a parcela das receitas referente aos 0,75%, que representam o pagamento pelo uso de recursos hídricos das UHEs, passou também a ser reconhecida como obrigação legal da União e, portanto, não sujeita ao contingenciamento. Em decorrência, foi definida uma nova fonte para especificar essas receitas, a *Fonte 183 - "Pagamento pelo uso de recursos hídricos"*, passando a integrar o *Anexo IV - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho* da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 - LDO.

33. O novo panorama, a partir de 2011, proporcionou a ampliação da disponibilidade dos recursos no orçamento, o que levou à oportunidade de ampliar a abrangência de seus resultados no atendimento às demandas do SINGREH, em compatibilidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH.

34. Entre as estratégias que a ANA vem adotando para aplicação dos recursos, destaca-se a implementação de programas voltados para pagamento por resultados, como no caso do *Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES* e a concepção do *Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO*.



35. As novas perspectivas exigem, por um lado, a ampliação da capacidade de operacionalização da ANA com reflexos no aumento dos gastos com o custeio da administração, por outro, limitam a condição da ANA de negociar os recursos complementares junto às demais receitas do tesouro para suprir estas necessidades de custeio administrativo, visto as restrições gerais impostas ao orçamento nacional.

36. Conforme quadro apresentado no Anexo VIII, tecemos as seguintes considerações quanto ao orçamento da ANA no exercício de 2012:

- o valor correspondente aos 7,5% das receitas do pagamento pelo uso de recursos hídricos das UEHs tem sido alocado para atendimento às despesas de custeio administrativo da ANA, ente integrante do SINGREH, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 22 da Lei nº 9.433, de 1997. Para complementar as necessidades de custeio administrativo da ANA, tem sido disponibilizado receitas adicionais do tesouro, contudo, estas vêm sendo cada vez mais restritivas, em função do aumento da disponibilidade das receitas da *Fonte 183*.
- do percentual referente aos 92,5 % (inciso I do artigo 22 da Lei nº 9.433, de 1997), tendo como referência legal os dispositivos citados nos parágrafos 6, 8 e 9 desta Nota Técnica, os recursos têm sido aplicadas nas programações finalísticas da ANA e em conformidade com as prioridades definidas pelo CNRH.

37. Conforme pode ser observado no Anexo VIII, a programação finalística da ANA contempla o desenvolvimento de atividades e projetos essenciais à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH. Em relação ao tema central em pauta, destacamos que entre as programações finalísticas está incluída a *Ação 4980: Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e Agências de Água em Bacias Hidrográficas*, que proporciona o apoio à estruturação técnica e operacional destes entes. Esta programação tem aportado recursos que correspondem ao percentual da ordem de 2% das receitas aferidas.

38. Sua inserção na parcela dos 92,5% reitera as características da ação como uma atuação finalística da ANA, configurada como “programa ou projeto”, conforme explicitado no Programa II do Plano Nacional de Recursos Hídricos e seus respectivos Sub-Programas II.1 e II.2, e definidos como prioridades para o período 2012-2015 de implementação do referido Plano, contribuindo, assim, para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

39. Esse entendimento, já consolidado nas leis orçamentárias anuais, afere maior flexibilidade na alocação de recursos para o apoio aos Comitês e Agências, uma vez que possibilita ampliar recursos para esta programação finalística, em conformidade com as prioridades e conveniência do sistema, sem criar disputa com os recursos limitados para despesas de custeio administrativo disponibilizados para a ANA.

40. Dessa forma, entende-se extremamente positivo para o alcance de resultados e evolução da gestão dos recursos hídricos, que a definição dos valores a serem destinados ao apoio à Comitês e Agências seja flexível e pautada pela avaliação da sua necessidade, oportunidade e conveniência para o sistema, sem que seja alterada a forma de sua inserção na composição dos recursos orçamentários da ANA.

## 5. Considerações Finais

41. Considerando a competência do CNRH em “estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do SINGREH”, a ANA opina que o debate no CNRH sobre a proposta da CNI deve se limitar à recomendação de diretrizes para aporte de recursos destinados



ao pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo das Agências de Água ou entidades delegatárias.


42. Com estes subsídios, sugere-se o encaminhamento desta Nota Técnica ao Secretário Executivo do CNRH.



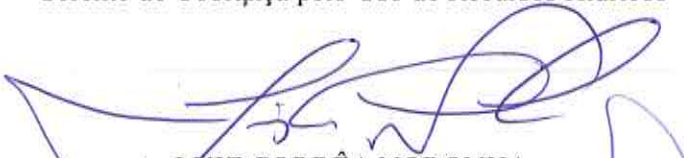
MARCO ANTONIO MOTA AMORIM  
Especialista em Recursos Hídricos



NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO  
Analista Administrativo - ASPLA



GIORDANO BRUNO BOMTEMPO DE CARVALHO  
Especialista em Recursos Hídricos  
Gerente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos



LUIZ CORRÊA NORONHA  
Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos



BRUNO PAGNOCCHESCHI  
Coordenador de Gestão Estratégica

De acordo.



PAULO LOPES VARELLA NETO  
Diretor da Área de Gestão





## ANEXO I



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS  
STPN 505, Bloco B, Edifício Mauro Prestes Corrêa, 1º andar, Sala 106, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.730-542  
Fones: (61) 3026-2079/2075 Fax: (61) 3026-2015  
E-mail: voc.executiva@cnrh.gov.br

Ofício nº 168/2012/CNRH/SRH/MMA

Brasília, 24 de setembro de 2012.

A Sua Senhoria

**VICENTE ANDREU**

Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA

Brasília – DF

Assunto: Subsídios à CTCOB/CNRH para analisar a proposta de criação de mecanismo para o repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água oriundos do setor elétrico às agências de bacias/entidades delegatárias, em resposta ao Ofício CNI CT-GEMAS Nº 001/2012.

Senhor Presidente,

1. A Confederação Nacional das Indústrias – CNI, por ocasião da XXVI Reunião Ordinária e da XXXIII Reunião Extraordinária do CNRH, propôs para discussão no âmbito deste conselho a criação de mecanismos para o repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água no setor elétrico às Agências de Bacia ou entidades delegatárias.
2. Em resposta a essa proposição, a Secretaria Executiva do CNRH, através do Ofício Nº 052/2012/CNRH/MMA, informou que o assunto seria objeto de análise no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB.
3. Visando cumprir essa determinação, a CTCOB deliberou, em sua 75ª reunião, realizada nos dias 20 e 21 de setembro de 2012, solicitar à ANA a elaboração de uma nota técnica apresentando subsídios para análise da viabilidade da proposta apresentada, incluindo elementos para avaliação dos seus impactos sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
4. Para tanto, recomenda-se que a referida nota técnica inclua em seu conteúdo: a) arrecadação atual por bacia hidrográfica geradora; b) estimativa da arrecadação considerando as mudanças em curso no setor elétrico; c) apresentação de distintos cenários considerando a distribuição proporcional dos recursos apenas às bacias hidrográficas geradoras com entidades delegatárias e a distribuição correspondente à totalidade dos recursos equitativamente pelas entidades delegatárias existentes; d) outros julgados relevantes.

Atenciosamente,

  
**PEDRO WILSON GUIMARÃES**  
Secretário Executivo do CNRH





PROT. Nº:	CNRH
852/2012-00	
Rubrica	Yauara



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Comissão Nacional de Recursos Hídricos  
 Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB  
 Lote 2, Edifício Maria Presti Cruz, 1º andar, sala 104, CEP: 70.790-540, Brasília/DF  
 Telefone: (61) 3026-2082 / 2076, Fax: (61) 3026-2082  
 E-mail: sac\_executiva@cnrh.gov.br

Ofício-Circular nº 15/2012/CTCOB/CNRH/MMA

Brasília, 24 de setembro de 2012.

Ao Senhor

**PEDRO WILSON GUTMARÃES**  
 Secretário Executivo do CNRH

Assunto: Ofício CNI CT-GEMAS nº 001/2012, que propõe discussão quanto à criação de mecanismo de repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água do setor elétrico às entidades delegatárias existentes nas bacias onde há geração de energia.

Senhor Secretário Executivo,

1. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) propôs a discussão no âmbito do CNRH, através do Ofício CNI CT-GEMAS nº 001/2012, da criação de mecanismos para o repasse pela Agência Nacional de Águas (ANA) de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água do setor elétrico a todas as Agências de Bacia ou entidades delegatárias dessas funções nas bacias hidrográficas onde ocorre geração de energia.
2. A demanda foi encaminhada à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso da Água (CTCOB) para deliberação em sua 75ª reunião, realizada nos dias 20 e 21 de setembro de 2012.
3. Em resposta à solicitação da CNI, a CTCOB elaborou minuta de ofício (anexo) a ser encaminhado à ANA, solicitando elaboração de Nota Técnica que forneça os subsídios necessários à análise da viabilidade da proposta apresentada e à avaliação dos seus impactos sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Atenciosamente,

**JAILDO SANTOS PEREIRA**  
 Presidente da CTCOB







CT-GENAS Nº 001/2012

Brasília, 06 de janeiro de 2012.

Ilma. Sra  
**Isabella Teixeira**  
Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
Ministério do Meio Ambiente  
Nesta Capital

Senhora Ministra,

Ao cumprimentá-la pelo ano de 2012, a Confederação Nacional da Indústria - CNI gostaria de reforçar nossa disposição de colaborar com Ministério do Meio Ambiente na consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos. A CNI coordena a Rede de Recursos Hídricos da Indústria que articula os representantes do setor industrial nos Conselhos de Recursos Hídricos (Nacional e Estaduais) e nos Comitês de Bacia de Rios do Domínio da União.

Entre as missões e objetivos da Rede de Recursos Hídricos estão o alinhamento de posição dos representantes da Indústria nos colegiados no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, reforçando a coerência da participação do setor, e a difusão para o setor industrial das diretrizes e princípios da Política de Recursos Hídricos incentivando a adoção das práticas de uso racional e reuso da água.

Um dos pontos recorrentes dos debates realizados pela Rede de Recursos Hídricos da Indústria é a necessidade de dar maior operacionalidade aos princípios da participação e da descentralização que norteiam a Política Nacional de Recursos Hídricos. O fortalecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem um papel estratégico nesse processo. O Conselho é a instância máxima do Sistema de Gerenciamento e deve, por meio do diálogo legítimo entre governo e sociedade, zelar pela implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos conforme seus princípios, objetivos e diretrizes.

Com o intuito de contribuir nesse processo, a CNI, enquanto coordenadora da rede de Recursos Hídricos da Indústria, reitera as duas propostas apresentadas à Secretaria Executiva do CNRH na XXVI Reunião Ordinária do CNRH e na XXXIII Reunião Extraordinária do CNRH realizadas nos dias 14 e 15 de dezembro de 2011, quais sejam:

- (i) Inserir em todas as pautas do CNRH um espaço específico para que o Ministério do Meio Ambiente apresente as propostas em tramitação no Congresso Nacional de alteração ou elaboração de legislação pertinente a



recursos hídricos. Essa proposta tem como objetivo qualificar a pauta do CNRH e dar materialidade ao disposto no Artigo 35 – V da Lei 9.433 de 1997.

- (ii) Propor, a luz da aprovação da delegação de competência da Agência da Bacia do Rio Paraíba, uma discussão no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos voltada a criar mecanismos para o repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água do setor elétrico a todas as Agências de Bacia ou entidades delegatárias dessas funções nas Bacias Hidrográficas onde ocorre a geração de energia.

Ambas as propostas visam resgatar o papel do CNRH em discussões estratégicas sobre os desdobramentos do gerenciamento das águas do Brasil e, desta forma, fortalecê-lo com instância máxima do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Certos de contar com sua compreensão, nos colocamos ao seu inteiro dispor para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
Shelley de Souza Carneiro  
Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade



## ANEXO II

### Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) Mostra o Total Pago Pelas UHE's Devedoras de CMPFRH ANUAL

Página 1 de 4



[Retornar](#)

[Imprimir](#)

#### Total Pago Pelas Usinas(Anual) Ano de 2012

USINA	GERAÇÃO (MWh)	VALOR (R\$)
14 de Julho	243.399,80	1.193.819,06
Água Trato	106.624,81	516.581,90
Água Vermelha (José Ermirio de Moraes)	8.651.580,69	42.099.218,45
Almorás	1.247.591,14	6.064.175,60
Alcortim	426.736,00	2.077.131,67
Alto Fêneas I	69.623,71	338.670,63
Amador Aguiar I (Antiga Capim Branco I)	1.632.941,51	7.896.592,56
Amador Aguiar II (Antiga Capim Branco II)	1.389.537,37	6.766.060,94
Americana	69.243,76	340.913,56
Antes II	92.741,95	450.929,66
Apelônia Sales (Antiga Moisés)	1.054.647,26	5.127.184,37
Areal	70.815,35	344.382,60
Assis Chateaubriand (Antiga Sãta Mônica)	222.489,19	1.083.495,17
Baguari	616.474,41	2.922.628,68
Babina	1.149.608,41	5.593.570,49
Barão (Alvaro de Souza Lima)	737.837,10	3.592.337,79
Barra	229.799,17	1.118.392,21
Barra Bonita	649.607,24	3.156.290,40
Barra do Braço	197.026,70	963.079,32
Barra dos Coqueiros	476.970,33	2.325.223,64
Barra Grande	2.335.684,09	11.300.644,48
Barão	131.604,71	667.937,76
Boa Esperança (Antiga Castelo Branco)	1.214.996,93	5.909.269,07
Bradinho	73.640,06	357.921,42
Brecha	111.495,58	544.198,55
Bugres	71.481,94	347.893,11
Cachoeira Dourada	3.880.865,23	18.885.811,13
Caconde	341.773,59	1.666.223,70
Capui	349.751,25	1.705.474,31
Camargos	123.742,48	600.716,21
Campos Novos	2.603.096,18	12.679.631,09
Cana Brava	2.968.659,97	14.149.336,03
Canastra	165.018,08	804.175,78
Canas I	497.983,09	2.424.485,34
Canas II	515.370,66	2.509.137,32
Capivara (Escola de Engenharia Mackenzie)	3.989.363,64	19.399.689,75
Castro III	46.538,68	227.201,24
Castro Alves	358.081,94	1.755.968,96
Chaminá	108.616,64	528.729,28
Chavantes	2.148.603,70	10.461.340,87
Coaracy Nunes	411.118,49	2.006.220,59
Corumbá I	2.061.184,00	9.752.269,63
Corumbá III	371.824,73	1.705.772,19
Corumbá IV	508.491,64	2.474.613,01
Cunã-Uma	238.223,76	1.158.195,37
Dardanelos	1.132.783,90	5.567.331,15
Dona Francisca	435.063,41	2.114.706,59
Domados	57.571,33	282.470,08
Eloy Chaves	91.683,08	451.873,60
Emborcação	5.262.712,38	25.787.765,10
Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (Antiga Foz do Rio Clara)	461.853,70	1.959.519,45
Espora	222.066,01	1.081.177,40

Estreito	3.788.155,78	18.445.548,70
Estreito (Luiz Carlos Barreto de Carvalho)	5.172.982,00	25.220.671,83
Eulides da Cunha	444.131,97	2.161.519,82
Fontes Nova	263.051,00	1.274.562,04
Foz do Chapeco	2.621.026,52	12.709.431,09
França	150.558,50	732.299,05
Fumaça	212.859,55	1.035.060,86
Fundão	591.477,01	2.871.054,58
Furil	1.891.779,54	9.208.250,65
Furnas	6.847.090,00	33.362.270,46
Gafanhoto	66.993,51	327.668,76
Gloria	60.028,80	290.638,91
Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Arelas)	5.784.950,83	28.094.144,16
Governador José Richa (Salto Caxias)	6.325.035,54	30.712.760,22
Governador Ney Amantius de Barros Braga (Segredo)	6.446.399,52	31.300.272,60
Governador Parigot da Souza (Capivari/Cachoeira)	1.053.176,73	5.113.232,23
Guaporé	385.862,83	1.893.721,63
Guaricana	129.516,60	620.626,83
Guilherme Anselmi	574.667,38	2.784.973,49
Henry Borden	1.134.457,58	5.530.715,75
Itirapina	771.496,95	3.747.437,03
Igarapava	1.315.803,83	6.424.554,94
Iha dos Pombos	833.516,98	4.050.697,07
Iha Solteira	17.798.563,00	86.658.282,09
Inape	1.633.903,90	7.981.289,25
Ivanu Ikeda	30.832,98	150.445,35
Itá	5.022.906,16	24.375.264,07
Itapobi	1.209.279,25	5.826.728,35
Itáuba	834.679,18	4.049.250,15
Itaipira (Casas de Forças I e II)	1.073.833,84	5.227.278,93
Itumbiara	9.161.334,00	44.597.810,94
Ituporanga	137.747,40	672.064,42
Itutinga	258.263,14	1.257.520,97
Jacuí	657.086,81	3.176.099,18
Jaguara	3.214.391,41	15.714.844,32
Jaguari	168.905,78	817.893,97
Jauru	580.598,50	2.648.751,84
João Camilo Penna (Antiga Cachoeira do Emboque)	110.117,85	533.506,19
Juba I	229.006,38	1.115.403,63
Juba II	253.075,02	1.232.986,24
Jupia (Engº Souza Dias)	9.840.672,00	47.897.278,85
Jurumirim (Amando Avelar/Laydner)	652.654,77	3.161.276,22
Limoeiro (Amando Sales de Oliveira)	104.442,07	507.167,67
Luiz Eduardo Magalhães (Lajedo)	5.283.805,25	25.709.927,03
Luiz Gonzaga (Baparica)	8.215.370,75	39.980.281,15
Macabú	78.543,01	380.865,85
Machadinho	3.449.047,03	16.712.153,54
Manoá	629.311,00	3.065.460,95
Marechal Mascarenhas de Moraes (Antiga Felix)	3.321.360,00	16.176.199,53
Marimbondo	7.862.907,00	38.301.757,81
Mascarenhas	731.573,48	3.561.916,27
Miranda	1.991.402,72	9.740.671,83
Monjolinho	300.204,02	1.457.362,37
Monte Claro	271.865,19	1.329.692,81
Muniz Freire	128.414,59	623.352,71
Nilo Peçanha	2.631.367,09	12.804.925,95
Nova Avanhandava (Rui Barbosa)	1.506.472,30	7.320.047,44
Nova Maurício	179.905,13	875.065,97
Nova Ponte	2.691.132,61	13.165.606,43
Ourinhos	170.438,51	835.591,75
Palmeiras	140.593,81	686.502,02
Parabuna	476.074,00	2.317.913,48
Paranapanema	242.062,09	1.183.674,49
Paranóá	124.835,95	609.128,40



Passo Fundo	861.251,64	4.152.118,44
Passo Real	341.512,72	1.651.035,63
Passo São João	69.538,89	342.042,67
PAULO AFONSO (II,II)	4.302.217,86	20.912.761,79
Paulo Afonso IV	12.471.842,73	60.722.750,28
Pedra	3.671,99	17.490,27
Pedra do Cavalo	93.227,71	446.927,77
Peixe Angical	2.910.065,91	14.137.636,27
Pereira Passos	424.267,56	2.064.550,43
Piauí	99.544,08	485.145,04
Pirajá	508.312,18	2.477.926,31
Ponte de Pedra	1.186.974,74	5.781.743,86
Porto Colômbia	2.142.300,00	10.405.973,68
Porto Estrela	492.363,47	2.386.147,38
Porto Góes	92.085,96	447.727,86
Porto Primavera (Engº Sérgio Motta)	10.856.245,00	52.844.470,80
Porto Russe	174.405,69	852.073,00
Promissão (Mário Lopes Leite)	1.357.800,30	6.593.516,44
Quilbra Cuieiro	350.746,00	1.704.051,48
Quelimado	547.765,88	2.675.824,83
Rasão	150.657,80	736.591,84
Retiro Baixo	356.890,45	1.732.810,58
Rio Bonito	49.592,50	243.931,87
Rio do Peixe (Casa de Força I e II)	28.675,89	139.098,79
Rioleira Neves (Antiga Candonga)	591.902,83	2.871.501,44
Rosai	230.346,14	1.121.450,40
Rosiana	2.124.694,97	10.336.054,90
Sã Carvalha	427.027,55	2.075.263,52
Saão	618.456,30	3.011.839,12
Saão do Iporanga	238.252,58	1.159.266,61
Saão do Rio Verdinho	526.450,93	2.572.195,99
Saão Grande	561.246,99	2.736.051,39
Saão Grande (Lucas Nogueira Gomes)	617.329,51	2.917.866,40
Saão João	5.575.799,90	27.069.489,47
Saão João	887.397,53	4.226.195,29
Saão Santiago	8.324.658,91	40.389.682,85
Samuel	777.042,18	3.797.248,65
Santa Branca	295.846,50	1.441.206,44
Santa Clara	707.962,49	3.428.403,08
Santo Antônio	594.805,74	2.925.685,86
São Domingos	54.298,24	264.008,46
São José	114.716,28	555.644,75
São Salvador	1.554.470,42	7.553.809,37
São Simão	13.510.362,85	66.064.674,78
Serra da Mesa	6.888.906,00	33.536.757,10
Serra do Facão	1.172.449,87	5.701.840,23
Serrada	155.599,65	757.425,21
Sobradinho	4.217.615,19	20.562.024,92
Sobragi	344.655,10	1.675.405,60
Suita	117.474,33	567.849,92
Taquaraçu (Escola Politécnica)	2.328.894,63	11.326.189,26
Três Irmãos	3.963.117,00	19.295.972,80
Três Marias	2.293.238,29	11.016.346,99
Tucuruí I e II	40.369.283,31	197.011.511,67
Volta Grande	2.360.111,42	11.544.885,05
Xingó	19.759.113,83	96.153.165,22
<b>Total</b>	<b>354.726.894,05</b>	<b>1.726.972.926,67</b>

**OBSERVAÇÕES:**

Funil refere-se a três Usinas Hidrelétricas homônimas (uma em MG, uma no RJ/SP e outra na BA);  
 Jaguari refere-se a duas Usinas Hidrelétricas homônimas (ambas em SP);  
 Santa Clara refere-se a duas Usinas Hidrelétricas homônimas (uma em MG e outra no PR).

### ANEXO III

#### COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS DAS UHEs

nº	USINA	GERAÇÃO (MWh)	CFURH (R\$)	COBRANÇA (R\$)	Comitês Interestadual	SUB 2
1	14 de Julho	243.400	1.193.819	132.647		TAQUARÍ
2	Agro Trafo	106.625	518.582	57.620		TOCANTINS 03
3	Água Vermelha (José Ermirio de Moraes)	8.551.581	42.089.218	4.677.691	Grande	GRANDE PR 15
4	Almorás	1.247.591	6.064.176	673.797	Rio Doce	DOCE 05
5	Alecrim	426.738	2.077.132	230.792		RIBEIRA DO IGUAPE
6	Alto Fêmeas I	69.624	338.671	37.630	São Francisco	GRANDE SF 01
7	Amador Aguiar I (Antiga Capim Branco I)	1.632.942	7.958.593	884.086	Paranaíba	ARAGUARI
8	Amador Aguiar II (Antiga Capim Branco II)	1.388.837	6.768.061	751.785	Paranaíba	ARAGUARI
9	Americana	69.244	340.914	37.879	PCJ	TIETÊ 01
10	Antas II	92.742	450.930	50.103	Grande	GRANDE PR 05
11	Apolônio Sales (Antiga Moxotó)	1.054.847	5.127.184	569.687	São Francisco	SAO FRANCISCO 08
12	Areal	70.815	344.363	38.265	Paranaíba do Sul	PARAÍBA DO SUL 02
13	Assis Chateaubriand (Antiga Salto Mimoso)	222.480	1.083.496	120.388		PARDO PR
14	Baguari	816.474	2.922.529	324.725	Rio Doce	DOCE 04
15	Balbina	1.149.608	5.593.570	621.508		AMAZONAS 03
16	Bariri (Álvaro de Souza Lima)	737.837	3.582.338	398.038		TIETÊ 04
17	Barra	229.798	1.118.392	124.266		RIBEIRA DO IGUAPE
18	Barra Bonita	649.607	3.158.290	350.921		TIETÊ 03
19	Barra do Braúna	187.027	963.079	107.009	Paranaíba do Sul	POMBA
20	Barra dos Coqueiros	476.970	2.325.224	258.358	Paranaíba	PARANAÍBA 03
21	Barra Grande	2.335.684	11.300.844	1.255.627		PELOTAS
22	Barulito	131.605	667.938	74.215		JUREMA
23	Bos Esperança (Antiga Castelo Branco)	1.214.997	5.909.269	656.585		PARNAÍBA 02
24	Bracinho	73.640	357.921	39.769		LITORAL NORTE SC 01
25	Brecha	111.496	544.187	60.465	Rio Doce	DOCE 01
26	Bugres	71.482	347.893	38.655		SINOS
27	Cachoeira Dourada	3.880.865	18.885.811	2.098.423	Paranaíba	MEIA PONTE
28	Caconde	341.774	1.666.224	185.136	Grande	GRANDE PR 08
29	Capu	349.751	1.705.474	189.497	Paranaíba	PARANAÍBA 03
30	Camargos	123.742	600.716	66.746	Grande	GRANDE PR 02
31	Campos Novos	2.603.096	12.679.631	1.408.848		CANOAS
32	Cana Brava	2.908.660	14.149.336	1.572.148		TOCANTINS 03
33	Canastra	165.018	804.177	89.353		SINOS
34	Canoas I	497.983	2.424.485	269.387	Paranapanema	PARANAPANEMA 02
35	Canoas II	515.371	2.509.137	278.793	Paranapanema	PARANAPANEMA 02
36	Capivara (Escola de Engenharia Mackenzie)	3.989.364	19.399.690	2.155.521	Paranapanema	PARANAPANEMA 04
37	Casca III	46.539	227.201	25.245		CUIABÁ 01
38	Castro Alves	358.082	1.755.969	195.108		TAQUARÍ
39	Chaminé	108.617	528.729	58.748		LITORAL PR 01
40	Chavantes	2.148.604	10.461.341	1.162.371	Paranapanema	PARANAPANEMA 02
41	Coaracy Nunes	411.118	2.008.221	222.913		ARAGUARI AP
42	Corumbá I	2.001.184	9.752.270	1.083.586	Paranaíba	CORUMBÁ
43	Corumbá III	371.825	1.705.772	189.530	Paranaíba	CORUMBÁ
44	Corumbá IV	508.482	2.474.613	274.957	Paranaíba	CORUMBÁ
45	Curuá-Una	238.224	1.158.195	128.688		CURUÁ-UNA
46	Dardanelos	1.132.784	5.587.331	620.815		ARIPUANÁ
47	Dona Francisca	435.683	2.114.707	234.967		JACUÍ ALTO
48	Dourados	57.571	282.470	31.386	Grande	GRANDE PR 10
49	Eloy Chaves	91.883	451.874	50.208	PCJ	TIETÊ 01
50	Emborcação	5.262.712	25.767.765	2.865.307	Paranaíba	PARANAÍBA 01
51	Engº José Luiz M. G. Pereira (Antiga Foz do Rio Claro)	401.854	1.959.519	217.724	Paranaíba	PARANAÍBA 03
52	Espera	222.086	1.081.177	120.131	Paranaíba	PARANAÍBA 03
53	Estreito	3.788.156	18.445.547	2.049.505		TOCANTINS 07
54	Estreito (Luiz Carlos Barreto de Carvalho)	5.172.982	25.220.672	2.802.297	Grande	GRANDE PR 12
55	Euclides da Cunha	444.132	2.161.520	240.169	Grande	GRANDE PR 08
56	Fontes Nova	283.051	1.274.582	141.620		LITORAL RJ 04
57	Foz do Chapecó	2.621.027	12.709.431	1.412.159		URUGUAI NAC
58	França	150.559	732.299	81.367		RIBEIRA DO IGUAPE
59	Fumaça	212.880	1.035.061	115.007		RIBEIRA DO IGUAPE
60	Fundão	591.477	2.871.055	319.006		IGUAÇU 02



nº	USINA	GERAÇÃO (MWh)	CFURH (R\$)	COBRANÇA (R\$)	Comitês Interestadual	SUB 2
61	Funil/MG	847.554	4.123.398	458.155	Grande	CONTAS 01
62	Funil/RJ-SP	1.001.096	4.876.293	541.810	Paraíba do Sul	GRANDE PR 01
63	Funil/BA	43.130	208.560	23.173		PARAÍBA DO SUL 02
64	Furnas	6.847.090	33.382.270	3.706.919	Grande	GRANDE PR 09
65	Gafanhoto	66.994	327.609	36.408	São Francisco	PARA SF
66	Glória	60.029	290.639	32.293	Paraíba do Sul	PARAÍBA DO SUL 04
67	Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia)	5.784.951	28.084.144	3.120.460		IGUAÇU 02
68	Gov. José Richa (Salto Caxias)	6.325.036	30.712.760	3.412.529		IGUAÇU 04
69	Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	6.448.400	31.360.273	3.484.475		IGUAÇU 03
70	Gov. Parigot de Souza (Capivari/Cachoeira)	1.053.177	5.113.232	568.137		RIBEIRA DO IGUAPE
71	Guaiporé	385.863	1.893.722	210.414		MADEIRA 01
72	Guaricana	129.517	629.627	69.959		LITORAL PR 01
73	Gullman-Amorim	574.667	2.784.973	309.441	Rio Doce	DOCE 02
74	Henry Borden	1.134.458	5.530.717	614.524		LITORAL NORTE SP 01
75	Ibitinga	771.497	3.747.437	416.362		TIETÊ 04
76	Igarapava	1.315.804	6.424.555	713.839	Grande	GRANDE PR 12
77	Ilha dos Pombos	833.517	4.050.697	450.077	Paraíba do Sul	PARAÍBA DO SUL 03
78	Ilha Solteira	17.798.563	86.658.282	9.628.698		SUCURIU
79	Irapé	1.633.904	7.981.289	886.810		JEQUITINHONHA 01
80	Isamu Ikeda	30.833	150.446	16.716		TOCANTINS 06
81	Itá	5.022.906	24.375.264	2.708.363		URUGUAI NAC
82	Itapebi	1.209.279	5.828.728	647.636		JEQUITINHONHA 03
83	Itaúba	834.679	4.049.250	449.917		JACUÍ ALTO
84	Itiquira (Casas de Forças I e II)	1.073.834	5.227.279	580.809		ITIQUEIRA
85	Itumbiara	9.161.334	44.597.811	4.955.312	Paranaíba	CORUMBÁ
86	Itupararanga	137.747	672.064	74.674		TIETÊ 03
87	Itutinga	258.263	1.257.521	139.725	Grande	GRANDE PR 02
88	Jacuí	657.087	3.178.099	353.122		JACUÍ ALTO
89	Jaguara	3.214.391	15.714.844	1.746.094	Grande	GRANDE PR 12
90	Jaguari/SPa	38.227	188.298	20.922	PCJ	PARAÍBA DO SUL 01
91	Jaguari/SPb	128.679	629.596	69.955	Paraíba do Sul	TIETÊ 01
92	Jauru	580.599	2.648.752	294.306		JAURU
93	João Camilo Penna (Antiga Cachoeira do Emboque)	110.118	533.506	59.278	Rio Doce	DOCE 01
94	Juba I	229.006	1.115.404	123.934		SEPOTUBA
95	Juba II	253.075	1.232.986	138.998		SEPOTUBA
96	Jupia (Engº Souza Dias)	9.840.672	47.897.279	5.321.820		SUCURIU
97	Jurumirim (Armando Avellanay Laydner)	652.655	3.181.278	353.475	Paranapanema	PARANAPANEMA 01
98	Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	104.442	507.188	56.354	Grande	GRANDE PR 08
99	Luís Eduardo Magalhães (Lajeado)	5.283.805	25.709.927	2.856.659		TOCANTINS 05
100	Luiz Gonzaga (Itaparica)	8.215.371	39.980.281	4.442.253	São Francisco	SAO FRANCISCO 07
101	Macabu	78.543	380.887	42.319	Paraíba do Sul	LITORAL RJ 01
102	Machadinho	3.449.047	16.712.154	1.856.906		URUGUAI NAC
103	Manso	629.311	3.066.461	340.718		CUIABÁ 01
104	Marechal Mascarenhas de Moraes (Antiga Peixoto)	3.321.380	16.176.200	1.797.356	Grande	GRANDE PR 09
105	Marimbondo	7.862.907	38.301.758	4.255.751	Grande	GRANDE PR 14
106	Mascarenhas	731.573	3.561.918	395.769	Rio Doce	DOCE 06
107	Miranda	1.991.403	9.740.672	1.082.297	Paranaíba	ARAGUARI
108	Monjolinho	300.204	1.457.362	161.929		URUGUAI NAC
109	Monte Claro	271.865	1.329.693	147.744		TAQUARÍ
110	Muniz Freire	128.415	623.353	69.261		ITAPEMIRIM
111	Nilo Peçanha	2.631.367	12.804.926	1.422.770		LITORAL RJ 04
112	Nova Avanhandava (Rui Barbosa)	1.506.472	7.320.047	813.339		TIETÊ 06
113	Nova Maurício	179.905	875.066	97.230	Paraíba do Sul	POMBA
114	Nova Ponte	2.691.133	13.165.808	1.462.845	Paranaíba	ARAGUARI
115	Ourinhos	170.439	835.592	92.844	Paranapanema	PARANAPANEMA 02
116	Palmeiras	140.594	686.502	76.278		ITAJAÍ
117	Paralibuna	476.074	2.317.913	257.546	Paraíba do Sul	PARAÍBA DO SUL 01
118	Paranapanema	242.962	1.183.674	131.519	Paranapanema	PARANAPANEMA 01
119	Paranoá	124.836	609.128	67.661	Paranaíba	CORUMBÁ
120	Passo Fundo	861.252	4.152.118	461.346		URUGUAI NAC

nº	USINA	GERAÇÃO (MWh)	CFURH (R\$)	COBRANÇA (R\$)	Comitês Interestadual	SUB 2
121	Passo Real	341.513	1.651.036	183.448		JACUÍ ALTO
122	Passo São João	69.539	342.043	38.005		UJÚ
123	PAULO AFONSO I,II,III	4.302.218	20.912.762	2.323.640	São Francisco	SAO FRANCISCO 08
124	Paulo Afonso IV	12.471.843	60.722.750	5.746.972	São Francisco	SAO FRANCISCO 08
125	Pedra	3.672	17.490	1.943		CONTAS 01
126	Pedra do Cavalo	93.228	446.928	49.659		PARAGUAÇU
127	Peixe Angical	2.910.066	14.137.636	1.570.848		TOCANTINS 03
128	Pereira Passos	424.268	2.064.550	229.394		LITORAL RJ 04
129	Piau	99.544	485.145	53.905	Paraíba do Sul	POMBA
130	Pirajó	508.312	2.477.926	275.325	Parapanema	PARANAPANEMA 01
131	Ponte de Pedra	1.186.975	5.781.744	642.416		ITIQUEIRA
132	Porto Colômbia	2.142.300	10.435.974	1.159.553	Grande	GRANDE PR 12
133	Porto Estrela	492.363	2.386.147	265.127	Rio Doce	DOCE 03
134	Porto Góes	92.086	447.728	49.748	PCJ	TIETÊ 03
135	Porto Primavera (Engº Sérgio Motta)	10.856.245	52.844.471	5.871.608		PARDO PR
136	Porto Raso	174.406	852.073	94.675		RIBEIRA DO IGUAPE
137	Promissão (Mário Lopes Leão)	1.357.800	6.593.516	732.613		TIETÊ 05
138	Quebra Queixo	350.746	1.704.051	189.339		URUGUAI NAC
139	Queimado	547.766	2.675.825	297.314	São Francisco	PARACATÚ
140	Rasgão	150.658	736.592	81.844		TIETÊ 02
141	Retiro Baixo	356.890	1.732.811	192.535	São Francisco	PARAOPEBA
142	Rio Bonito	49.593	243.932	27.104		SANTA MARIA - ES
143	Rio do Peixe (Casa de Força I e II)	28.676	139.087	15.454	Grande	GRANDE PR 08
144	Risoleta Neves (Antiga Candonga)	591.903	2.871.501	319.058	Rio Doce	DOCE 01
145	Rosal	230.346	1.121.450	124.606		ITABAPOANA
146	Rosana	2.124.695	10.336.055	1.148.451	Parapanema	PARANAPANEMA 05
147	Sã Carvalho	427.028	2.075.264	230.585	Rio Doce	DOCE 02
148	Salto	618.456	3.011.839	334.649	Paranaíba	PARANAÍBA 03
149	Salto do Iporanga	238.253	1.159.267	128.807		RIBEIRA DO IGUAPE
150	Salto do Rio Verdinho	526.451	2.572.197	265.800	Paranaíba	PARANAÍBA 03
151	Salto Grande	581.247	2.738.051	304.006	Rio Doce	DOCE 03
152	Salto Grande (Lucas Nogueira Garcez)	517.330	2.517.866	279.763	Parapanema	PARANAPANEMA 02
153	Salto Osório	5.575.760	27.069.489	3.007.721		IGUAÇU 03
154	Salto Pilão	867.398	4.228.195	469.799		ITAJAÍ
155	Salto Santiago	8.324.659	40.389.883	4.487.743		IGUAÇU 03
156	Samuel	777.042	3.797.249	421.917		JAMARI
157	Santa Branca	295.847	1.441.206	160.134	Paraíba do Sul	PARAÍBA DO SUL 01
158	Santa Clara/MG-BA	131.993	632.098	70.233		MUCURI
159	Santa Clara/PR	575.970	2.796.305	310.701		IGUAÇU 02
160	Santo Antônio	594.806	2.925.686	325.076		MADEIRA 03
161	São Domingos	54.298	264.008	29.334		TOCANTINS 03
162	São José	114.716	555.645	61.738		UJÚ
163	São Salvador	1.554.470	7.553.809	839.312		TOCANTINS 03
164	São Simão	13.510.353	66.064.675	7.340.519	Paranaíba	PARANAÍBA 03
165	Serra da Mesa	6.888.936	33.538.757	3.726.306		TOCANTINS 01
166	Serra do Facão	1.172.450	5.701.840	633.538	Paranaíba	PARANAÍBA 01
167	Serrania	155.600	757.425	84.156		RIBEIRA DO IGUAPE
168	Sobradinho	4.217.615	20.562.025	2.284.669	São Francisco	SAO FRANCISCO 05
169	Sobragi	344.855	1.676.407	188.287	Paraíba do Sul	PRETO - PARAIBA DO SUL
170	Suiça	117.474	567.850	63.094		SANTA MARIA - ES
171	Taquarupú (Escola Politécnica)	2.328.895	11.326.199	1.258.467	Parapanema	PARANAPANEMA 04
172	Três Irmãos	3.963.117	19.268.973	2.140.775		TIETÊ 06
173	Três Marias	2.253.238	11.016.347	1.224.039	São Francisco	SAO FRANCISCO 02
174	Tucuruí I e II	40.369.283	197.011.512	21.890.168		TOCANTINS 09
175	Volta Grande	2.360.111	11.544.885	1.282.765	Grande	GRANDE PR 12
176	Xingó	19.759.114	96.153.165	10.663.685	São Francisco	SAO FRANCISCO 09
TOTAL		354.726.894	1.726.972.926	191.865.861	-	-



## ANEXO IV



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Ofício nº 0159/2012/SAG-ANA

Documento nº 004571/2012-60

Brasília, 07 de dezembro de 2012

A Sua Senhoria o Senhor  
Hélio Neves Guerra  
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL  
SGAN Quadra 603 Módulo I e J - Asa Norte  
70830-030 - Brasília - DF

Assunto: Reflexos da Medida Provisória nº 579, de 2012, na cobrança pelo uso da água

Senhor Superintendente,

1. Conforme art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a cobrança pelo uso de recursos hídricos dos titulares de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico é realizada por meio da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, no percentual de 0,75% sobre o valor da energia elétrica produzida. O inciso II do artigo supra, determina que os recursos arrecadados com esta cobrança "serão destinados ao Ministério do Meio Ambiente, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997", atividade realizada pela Agência Nacional de Águas - ANA.
2. Por sua vez, o art. 1º do Decreto nº 3.739, de 31 de Janeiro de 2001, preconiza que "o valor total da energia produzida, para fins da compensação financeira de que trata o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, será obtido pelo produto da energia de origem hidráulica efetivamente verificada, medida em megawatt-hora, multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referência-TAR, fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL".
3. Conforme Ofício nº 168/2012/CONHE/SEHIDMA (anexo), o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, visando analisar pleito da Confederação Nacional das Indústrias para repasse para as Agências de Água do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos de parte da cobrança adriunda da compensação financeira, solicitou à ANA a elaboração de Nota Técnica que contenda "estimativa da arrecadação (para a cobrança) considerando as mudanças em custos no setor elétrico".
4. Desta forma, indagamos se a Medida Provisória nº 579, de 11 de Setembro de 2012, que "dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica,

sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e das outras providências” provocará mudança nos cálculos da TAR e consequentemente nos valores arrecadados com a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

Atenciosamente,

**Rodrigo Flecha Ferreira Alves**  
Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos



## ANEXO V



Ofício nº 409 /2013-SCG/ANEEL

Brasília, 06 de fevereiro de 2013.

Ao Senhor  
**Rodrigo Flecha Ferreira Alves**  
Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos  
Agência Nacional de Águas – ANA  
Brasília – DF

Assunto: Impacto da MP nº 579/2012 no recolhimento da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica.

Documento nº: 48513.042404/2012-00

ANEEL/SCG  
CONFERE COM O ORIGINAL

DATA: 14 / 02 / 13

Senhor Superintendente,

*José Carlos*

Em atenção ao Ofício nº 0159/2012/SAG-ANA, de 07 de dezembro de 2012, esclarecemos primeiramente que a Compensação Financeira é recolhida mensalmente pelas usinas hidrelétricas com base no seguinte cálculo:

<b>Energia gerada no mês (em MWh) x Tarifa Atualizada de Referência (em R\$/ MWh) x 6,75%</b>
---

2. Nos termos do Decreto nº 3.739/2001, a TAR é fixada com base nos preços de venda de energia destinada ao suprimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, excluindo-se os encargos setoriais vinculados à atividade de geração, os tributos e empréstimos compulsórios, bem como os custos incorridos na transmissão de energia elétrica. De acordo com a Resolução nº 66/2011 da ANEEL, o valor da TAR é revisto a cada quatro anos e reajustado anualmente pela ANEEL, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
3. A mais recente revisão da TAR ocorreu em 2012. Por meio da Resolução nº 1.401/2012, a TAR para 2013 foi definida em R\$ 75,45. Esse valor somente será revisto em 2016, onde será definido um novo valor a vigorar em 2017. Para 2014, 2015 e 2016 o valor definido em 2012 será reajustado pelo IPCA. Assim, os possíveis impactos da MP nº 579/2012, hoje convertida na Lei nº 12.783/2013, somente serão percebidos em 2017.
4. Não obstante, a ANEEL está estudando os possíveis impactos da prorrogação de algumas das concessões e dos novos valores de venda de energia elétrica. Posto isso, tão logo tenhamos essas estimativas informaremos aos beneficiários da Compensação Financeira.

Atenciosamente,

*Hélvio Neves Guerra*  
**HÉLVIO NEVES GUERRA**

Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

ISCG\Ofício\28\Ofício\_134LL0602.doc

SGAN - Quadra 603 / Módulos "I" e "J"  
CEP 70830-030 - Brasília - DF - Brasil  
Tel. 55 (61) 2192 8600  
Ouvidoria 0800 727 2010

48524.001652/2013-00





ANEXO VI

**CBHSF**

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco  
Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001

OF.185/2008 SECEX/UAR - CBHSF Maceió-Al, 09 de dezembro de 2008

**Ao**  
**Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH**

**Att: Sr. Dr. Júlio Thadeu Kettelhut,**  
**Representante do Ministério do Meio Ambiente**

**Referência:** Encaminhamento da Deliberação CBHSF nº 41 que dispõe sobre solicitação de destinação dos recursos da cobrança do setor elétrico na bacia do rio São Francisco.

**Senhor Coordenador,**

Como estabelecido na XIII Plenária Ordinária do CBHSF, dias 30 e 31 de outubro, em Aracaju - SE, vimos encaminhar cópia da Deliberação CBHSF nº. 41, de 31 de outubro de 2008, em anexo.

Solicitamos apreciação da referida resolução por esse Conselho, nos termos contido no Art. 1º.

Esperando contar com a contribuição de todos, nos colocamos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

*Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes*  
**Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes**  
**Secretária do CBHSF**

PROTOCOLO/SRH/UFMA  
RECEBI O ORIGINAL  
EM 10/12/08  
HORA 9h30  
ASS: *Sônia Maria*

Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF  
Rua Cincinato Pinto, 226, 7º andar - Prédio do IPASEAL - Centro - Maceió - Alagoas  
CEP 57.020.050 Telefex (82) 3315-1495  
[www.saofrancisco.cbh.gov.br](http://www.saofrancisco.cbh.gov.br)





# CBHSF

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco  
Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001

## DELIBERAÇÃO CBHSF Nº 41, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008.

Dispõe sobre solicitação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, de destinação dos recursos da cobrança do setor elétrico na bacia do São Francisco.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, instituído pelo Decreto da Presidência da República, sem número, de 5 de junho de 2001, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o art.22 da Lei nº 9433, de 1997, estabelece que os valores cobrados pelo uso dos recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados,

Considerando que o art.17 da lei nº 9648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da lei nº 9984, de 2000, estabelece que no seu §1º, inciso II, que 0,75% do valor da energia elétrica produzida constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e serão aplicados nos termos do art.22 da lei nº 9433, de 1997 na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos,

Considerando que o §4º, do art.21, da lei nº 9984, de 2000, estabelece que as prioridades de aplicação de recursos a que se refere o caput do art. 22, da lei nº 9433, de 1997, serão definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas,

Considerando que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução nº70, de 19 de março de 2007, instituiu o Grupo de Trabalho, permanente, no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança, tendo como um dos objetivos, acompanhar a aplicação dos recursos oriundos da cobrança paga pelo setor hidrelétrico em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH,

Considerando que a mencionada Resolução CNRH nº 70 estabelece que 7,5% do valor da cobrança pelo uso de recursos hídricos paga pelo setor hidrelétrico, deve ser destinada para o pagamento das despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGRHH;

Considerando que os estudos de estimativa de arrecadação financeira, advinda da cobrança pelo uso da água, nos corpos de água de domínio da União na Bacia do São Francisco indicam a necessidade de se destinar recursos financeiros extras para a implantação e custeio de uma agência da bacia ou entidade delegatária;

### DELIBERA:

Art. 1º- Solicitar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos que determine, por meio de Resolução, a destinação da aplicação de 7,5% do valor total dos recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso da água paga pelo setor elétrico na Bacia do São Francisco, na agência de bacia ou entidade delegatária indicada pelo CBHSF, para despesas de implantação e custeio a partir de 2010.

Art.2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Aracaju, 31 de outubro de 2008.

  
Antônio Thomas da Mata Machado  
Presidente do CBHSF

  
Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes  
Secretária do CBHSF

Secretaria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco  
Av. Prof. Magalhães Neto nº 1400, Edifício Milenium sala 1203, Pituba - Salvador-BA CEP 41.818-012 Tel: (71)  
3176-7199 - 3176-7151 fax: [www.saofrancisco.cbh.gov.br](http://www.saofrancisco.cbh.gov.br)





## ANEXO VII



REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
PROCURADORIA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA

**PARERE PGE/ALV Nº 130/2009**  
**Processo nº 12501.000625/2006-50**

*Recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos provenientes do setor elétrico, art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação conferida pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000. Solicitação para que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos determine a aplicação de 7,5% na agência de bacia para despesas de implantação e custeio. Competência da Procuradoria do Ministério do Meio Ambiente para manifestação jurídica conclusiva.*

Trata-se de processo encaminhado a esta Procuradoria-Geral, pela Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos, para análise "quanto à existência de previsão legal para a determinação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH da destinação de aplicação dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água paga pelo setor elétrico na bacia do rio São Francisco".

2. Inicialmente é importante salientar que a matéria sob exame vem sendo discutida pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos do CNRH. Sendo assim, o órgão jurídico para emitir qualquer posição conclusiva sobre a demanda é a Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente. Isso se deve, pois, além de ser o órgão de assessoramento jurídico do CNRH, o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação conferida pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, determina o pagamento pelo uso dos recursos hídricos ao Ministério do Meio Ambiente no percentual de setenta e cinco por cento sobre o valor da energia elétrica produzida, que deverão ser aplicados em conformidade com o art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

3. Contudo, entende-se necessária uma abordagem preliminar do tema, com a indicação de dispositivos legais que apontam para a ilegalidade da pretensão, de modo que a área técnica desta



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS Doc. 10049/2009

Agência dispacha de elementos jurídicos que cobrem a tomada de decisão. Outrossim, fica-se que após a passagem pela CTCOR, a matéria, seguindo seu trâmite normal, será encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, em que esta Procuradoria-Geral se faz presente.

4. Detentora o art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997:

*Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:*

*I - no financiamento de estudos, programas, projetos e obras técnicas nos Planos de Recursos Hídricos;*

*II - no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.*

*§ 1º A aplicação das despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.*

*§ 2º Os valores previstos no caput deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que tenham, de modo considerado benéfico a coletividade, a quantidade, a qualidade e o regime de vazão de um corpo de água.*

5. Ao disciplinar sobre a forma como os valores decorrentes do uso de recursos hídricos serão utilizados, o legislador incluiu que este serão aplicados “prioritariamente” na bacia em que foram gerados e que os gastos com despesas de implantação e custeio administrativo estão limitados a sete e meio por cento. Os responsáveis pela aplicação desses recursos foram definidos em dispositivos legais diversos, como o art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, que atribuiu ao Ministério do Meio Ambiente a responsabilidade pela aplicação dos recursos provenientes do setor elétrico.

6. O art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, dispõe:

*Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:*

*I - promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estadual e dos setores usuários;*

*II - analisar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;*

*III - analisar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos as respectivas autorizações e outorgas dos Estados em que serão implantados;*

*IV - analisar sobre os projetos que lhe tenham sido encaminhados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as peticas Comitês de Bacia Hidrográfica;*

*V - analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e a Política Nacional de Recursos Hídricos;*



**VI** - estabelecer diretrizes complementares para regulamentação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

**VII** - aprovar projetos de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regulamentos;

**VIII** - **RETIADO**

**IX** - acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; **(Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)**

**X** - estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso.

7. Nota-se que não há nas atribuições do CNRH a competência para determinar ao Ministério do Meio Ambiente que destine 7,5% do valor total dos recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso de recursos hídricos pagos pelo setor elétrico na Bacia do São Francisco, à agência de lucro para despesas de implantação e custeio.

8. Por fim, destaca-se que, em que pese ser o Ministério do Meio Ambiente o órgão competente para a aplicação dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos do setor elétrico, esses recursos vêm sendo repassados a esta Agência por autorização do art. 12, I, da Lei nº 9.984, de 2000. Além disso, as prioridades de aplicação desses recursos vêm sendo definidas pelo CNRH em articulação com os Comitês de Bacias Hidrográficas, conforme o art. 21, §4, da Lei nº 9.984, de 2000.

9. Logo, entende-se que a pretensão do Comitê de Bacia do Rio São Francisco é desazonante e deve ser rejeitada por esta Agência nos termos do CNRH, haja vista a falta de amparo legal.

É o parecer.

À consideração superior.

Brasília, 3 de maio de 2009.

Maurício Abijaadi Lopes de Vasconcellos  
Procurador Federal

Agueiro. Encaminhamos-se à SAG.

Emílio Ribeiro de Souza  
Procurador-Geral



## ANEXO VIII

Agência Nacional de Águas - ANA								
ORÇAMENTO 2012 - RECEITAS DA FONTE 183- COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS DO SETOR ELÉTRICO								
Distribuição por Área		Dotação Atual	Percentual sobre total	Percentual sob dotação finalística	Prioridades CNRH Res. 135/2011 Plano Nacional de Recursos Hídricos			Percentual atendido
					Programa	Sub-Programa	Ações Prioritárias 2012-2015	
DESPESAS DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO – 7,5%		14.200.715	7,50%					98,24%
SAF	2000 - Administração da Unidade	14.200.715	7,50%					98,24%
DEMAIS DESPESAS – 92,5%		175.142.157	92,50%	100,00%				
HIDROLOGIA		51.647.505	27,28%	29,49%				88,84%
SGH	1184 - Modernização da Rede Hidrometeorológica	17.000.000	8,98%	9,71%	III	III.2 e III.3	3	86,27%
	2378 - Operação da Rede Hidrometeorológica	29.647.505	15,66%	16,93%	III	III.2 e III.3	3	94,09%
SUM	6251 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	5.000.000	2,64%	2,85%	III	III.2 e III.3	3	66,47%
					VI	VI.1	17	
GESTÃO		91.330.734	48,24%	52,15%				94,15%
SAG	4928 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	5.340.000	2,82%	3,05%	II	II.1 e II.2	1	76,67%
					IV	IV.2	15	
	4980 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	3.903.979	2,06%	2,23%	II	II.1 e II.2	1	94,38%
SIP	124A - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	3.000.000	1,58%	1,71%	III	III.2 e III.3	3	64,23%
				III	III.6	6		
	2905 - Remoção de Cargas Poluidoras de B. Hidrográficas - PRODES	56.965.901	30,09%	32,53%	VI	VI.4	19	100,00%
	20MO - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	7.326.354	3,87%	4,18%	III	III.2 e III.3	3	95,12%
	2D06 - INTERÁGUAS	2.602.500	1,37%	1,49%	II	II.4	10	20,17%
	4929 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	12.192.000	6,44%	6,96%	VI	VI.5	18 e 19	96,95%
PLANEJAMENTO		30.206.112	15,95%	17,25%				76,78%
SGI	20MN - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos	19.500.000	10,30%	11,13%	III	III.8	4	95,54%
SPR	4925 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	4.706.112	2,49%	2,69%	III	III.5	5	96,93%
					III	III.4	7	
					III	III.7	8	
					V	V.1	20	
					V	V.2	21	
REGULAÇÃO		7.957.806	4,20%	4,54%				79,04%
SFI	2977 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	2.566.806	1,36%	1,47%	III	III.5	9	69,61%
	4936 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	744.000	0,39%	0,42%	III	III.1	2	56,54%
SRE	4926 - Regulação dos Usos de Rec. Hídr. dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	4.647.000	2,45%	2,65%	III	III.4	7	87,86%
TOTAL GERAL (B)		189.342.872	100,00%	92,50%				92,58%
Superávit – saldo de exercício anterior e excesso de arrecadação apropriado no orçamento 2012 na Ação: 20MN - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos		6.000.000						100,00%
TOTAL COM SUPERÁVITE		195.342.872,00						





## ANEXO IX

Este Anexo registra a fonte de informações sobre UHEs utilizadas nesta Nota Técnica e também a memória da manipulação dos dados no SIG e na elaboração do mapa, atividade que contou com a contribuição do Assistente Administrativo Geison de Figueiredo Laport, que relatou:

1. Para obtenção dos dados utilizados na referida NT, foi necessário o emprego do software Arc Map. Para possibilitar o uso do mesmo, foram inseridos arquivos.shp (Shapefile), descarregados do web site da ANEEL (<http://sigel.aneel.gov.br/>) os arquivos listados abaixo:
  - Divisão Estadual (Shape 01);
  - Área alagada (Shape 02);
  - UHEs (Shape 03);
  - PCHs (Shape 04).
2. Da rede corporativa da ANA link:  
(\\agencia\ana\SIG3\Acervo\Bases\Processadas\EspelhosDAgua), foram descarregados os arquivos abaixo:
  - Rios da América do Sul (Shape 05);
  - Rios de domínio da União (Shape 06);
  - Divisão Hidrográfica Nacional (Shape 07);
  - Divisão Hidrográfica Nacional SUB - 1 (Shape 08);
  - Divisão Hidrográfica Nacional SUB - 2 (Shape 09);
  - Comitês de rios de domínio da União (Shape 10);
  - Comitês de rios de domínio Estadual (Shape 11);
  - Reservatórios de água do Brasil (Shape 12).
3. Foram utilizados relatórios de compensação financeira pelo uso da água, disponíveis no site: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>
4. Foi criado um novo shape no ArcMap usado para quantificar a geração e a CFURH usando a divisão por *Comitês de rios de domínio da União* (Shape 10). Em localidades onde foram encontradas UHEs fora dos comitês citados anteriormente, foi utilizado o mosaico existente na *Divisão Hidrográfica Nacional SUB - 2* (Shape 09). Obtida a nova classificação dos pontos, as informações foram exportadas para uma nova tabela, sendo as entradas, subdivididas e agrupadas por comitês de bacia ou SUB – 2, resultando num novo conjunto de informações para subsidiar a Nota Técnica em questão.











**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

SEPN 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, Sala 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.730-542

Fones: (61) 2028-2076/2075 Fax: (61) 2028-2015

E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

Ofício nº 168/2012/CNRH/SRHU/MMA

Brasília, 24 de setembro de 2012.

A Sua Senhoria

**VICENTE ANDREU**

Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA

Brasília – DF

Assunto: Subsídios à CTCOB/CNRH para analisar a proposta de criação de mecanismo para o repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água oriundos do setor elétrico as agências de bacias/entidades delegatárias, em resposta ao **Ofício CNI CT-GEMAS Nº 001/2012**.

Senhor Presidente,

1. A Confederação Nacional das Indústrias – CNI, por ocasião da XXVI Reunião Ordinária e da XXXIII Reunião Extraordinária do CNRH, propôs para discussão no âmbito deste conselho a criação de mecanismos para o repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água no setor elétrico às Agências de Bacia ou entidades delegatárias.
2. Em resposta a essa proposição, a Secretaria Executiva do CNRH, através do Ofício Nº 052/2012/CNRH/MMA, informou que o assunto seria objeto de análise no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB.
3. Visando cumprir essa determinação, a CTCOB deliberou, em sua 75ª reunião, realizada nos dias 20 e 21 de setembro de 2012, solicitar à ANA a elaboração de uma nota técnica apresentando subsídios para análise da viabilidade da proposta apresentada, incluindo elementos para avaliação dos seus impactos sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
4. Para tanto, recomenda-se que a referida nota técnica inclua em seu conteúdo: a) arrecadação atual por bacia hidrográfica geradora; b) estimativa da arrecadação considerando as mudanças em curso no setor elétrico; c) apresentação de distintos cenários considerando a distribuição proporcional dos recursos apenas às bacias hidrográficas geradoras com entidades delegatárias e a distribuição corresponde à totalidade dos recursos equitativamente pelas entidades delegatárias existentes; d) outras julgadas relevantes.


Atenciosamente,



**PEDRO WILSON GUIMARÃES**  
Secretário Executivo do CNRH



Agência Nacional de Águas 02-Out-2012 14:20

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	
Protocolo-Geral	
Nº	27145/12 UORG. AA
Recebido em:	02/10/2012
Horas:	14:20
Por:	

*Alin João de Andrade*  
Protocolo-Geral  
Agência Nacional de Águas



00000.027145/2012-08

Assunto: CNRH	
nº 031.852/2012-00	
Data	Rubrica
26/09/12	mauam



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB  
SEP 503, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, CEP: 70.730-540, Brasília/DF  
Fone: (61) 2028-2082 / 2076; Fax: (61) 2028-2082  
E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

Ofício-Circular nº 15/2012/CTCOB/CNRH/MMA

Brasília, 24 de setembro de 2012.

Ao Senhor

**PEDRO WILSON GUIMARÃES**

Secretário Executivo do CNRH

Assunto: Ofício CNI CT-GEMAS nº 001/2012, que propõe discussão quanto à criação de mecanismo de repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água do setor elétrico às entidades delegatárias existentes nas bacias onde há geração de energia.

Senhor Secretário Executivo,

1. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) propôs a discussão no âmbito do CNRH, através do Ofício CNI CT-GEMAS nº 001/2012, da criação de mecanismos para o repasse pela Agência Nacional de Águas (ANA) de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água do setor elétrico a todas as Agências de Bacia ou entidades delegatárias dessas funções nas bacias hidrográficas onde ocorre geração de energia.
2. A demanda foi encaminhada à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso da Água (CTCOB) para deliberação em sua 75ª reunião, realizada nos dias 20 e 21 de setembro de 2012.
3. Em resposta à solicitação da CNI, a CTCOB elaborou minuta de ofício (anexo) a ser encaminhado à ANA, solicitando elaboração de Nota Técnica que forneça os subsídios necessários à análise da viabilidade da proposta apresentada e à avaliação dos seus impactos sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Atenciosamente,

**JAILDO SANTOS PEREIRA**  
Presidente da CTCOB

Do Gabinete

Encaminhamos como  
minuta de ofício e  
se encaminhamos  
à ADS para dar  
prosseguimento à  
denúncia da  
CAI, conselheiro  
Shelley Carneiro (CNRH)

Em 26/03/2012

Mascarenhas

Ana Cristina Mascarenhas  
Gerente de Projeto





CT –GEMAS Nº 001/2012

Brasília, 06 de janeiro de 2012.

Ilma. Sra

**Izabella Teixeira**

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Ministério do Meio Ambiente

Nesta Capital

Senhora Ministra,

Ao cumprimentá-la pelo ano de 2012, a Confederação Nacional da Indústria - CNI gostaria de reforçar nossa disposição de colaborar com Ministério de Meio Ambiente na consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos. A CNI coordena a Rede de Recursos Hídricos da Indústria que articula os representantes do setor industrial nos Conselhos de Recursos Hídricos (Nacional e Estaduais) e nos Comitês de Bacia de Rios do Domínio da União.

Entre as missões e objetivos da Rede de Recursos Hídricos estão o alinhamento de posição dos representantes da indústria nos colegiados no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, reforçando a coerência da participação do setor, e a difusão para o setor industrial das diretrizes e princípios da Política de Recursos Hídricos incentivando a adoção das práticas de uso racional e reuso da água.

Um dos pontos recorrentes dos debates realizados pela Rede de Recursos Hídricos da Indústria é a necessidade de dar maior operacionalidade aos princípios da participação e da descentralização que norteiam a Política Nacional de Recursos Hídricos. O fortalecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem um papel estratégico nesse processo. O Conselho é a instância máxima do Sistema de Gerenciamento e deve, por meio do diálogo legítimo entre governo e sociedade, zelar pela implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos conforme seus princípios, objetivos e diretrizes.

Com o intuito de contribuir nesse processo, a CNI, enquanto coordenadora da rede de Recursos Hídricos da Indústria, reitera as duas propostas apresentadas à Secretaria Executiva do CNRH na XXVI Reunião Ordinária do CNRH e na XXXIII Reunião Extraordinária do CNRH realizadas nos dias 14 e 15 de dezembro de 2011, quais sejam:

- (i) Inserir em todas as pautas do CNRH um espaço específico para que o Ministério do Meio Ambiente apresente as propostas em tramitação no Congresso Nacional de alteração ou elaboração de legislação pertinente a






recursos hídricos. Essa proposta tem como objetivo qualificar a pauta do CNRH e dar materialidade ao disposto no Artigo 35 – V da Lei 9.433 de 1997.

- (ii) Propor, a luz da aprovação da delegação de competência da Agência da Bacia do Rio Paranaíba, uma discussão no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos voltada a criar mecanismos para o repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água do setor elétrico a todas as Agências de Bacia ou entidades delegatárias dessas funções nas Bacias Hidrográficas onde ocorre a geração de energia.

Ambas as propostas visam resgatar o papel do CNRH em discussões estratégicas sobre os desdobramentos do gerenciamento das águas do Brasil e, desta forma, fortalecê-lo com instância máxima do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Certos de contar com sua compreensão, nos colocamos ao seu inteiro dispor para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



**Shelley de Souza Carneiro**

Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade







**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

SEPN 505, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108 – Brasília/DF

CEP: 70.730-542 Fone: (61) 2028-2075 / 2076; Fax: (61) 2028-2082

E-mail: [sec.executiva@cnrh.gov.br](mailto:sec.executiva@cnrh.gov.br)

Ofício nº 052/2012/CNRH/MMA

Brasília, 17 de abril de 2012.

A Sua Senhoria

**SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO**

Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade

**Assunto: Resposta ao OF CNI CT GEMAS nº 001/2012, de 06 de janeiro de 2012.**

Prezado Senhor,

1. Em atenção ao OF. CNI CT-GEMAS nº 001/2012, de 06 de fevereiro de 2012, informamos que no tange à inserção nas pautas do CNRH de espaço específico para que o MMA apresente propostas em tramitação no Congresso Nacional de alteração ou elaboração de legislação pertinente a recursos hídricos, tal medida será adotada a partir da próxima reunião plenária, checada a disponibilidade da Assessoria Parlamentar – ASPAR em participar da reunião na data definida.
2. Quanto à discussão no âmbito do CNRH para a criação de mecanismo para o repasse de 7,5% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água oriundo do setor elétrico a todas as Agências de Bacias onde ocorre a geração de energia, informamos que o assunto será objeto de análise no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – CTCOB, a ser realizada em 18 de abril de 2012 e neste sentido, solicitamos o envio de conteúdo mínimo para fundamentar o início das discussões no âmbito da referida Câmara Técnica.

Atenciosamente,



**NABIL GEORGES BONDUKI**  
Secretário Executivo do CNRH

